



**MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

**Poder Executivo**

**Estado de Minas Gerais**

# PROJETO BÁSICO



# **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

**Poder Executivo**

**Estado de Minas Gerais**

## **PROJETO BÁSICO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

### **OBRAS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

#### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Contratação de empresa de engenharia para execução das obras de implantação da etapa 1 do Distrito Industrial III – Café Nacional, no município de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, nos termos da planilha anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O prazo de execução da obra de engenharia é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.
- 1.5. A contratada deverá seguir o cronograma físico de execução da obra, apêndice deste documento, atendendo ao prazo preestabelecido, mitigando riscos e erros que possam vir a alterar o prazo de execução do objeto.
- 1.6. A execução do objeto obedecerá às especificações constantes deste projeto e seus apêndices, em especial às prescrições e detalhamento técnico dos projetos executivos e às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).
- 1.7. Eventuais modificações no Projeto Básico serão efetuadas exclusivamente pela Contratante.

#### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A presente contratação decorre da necessidade de implantação da Etapa 1 do Distrito Industrial III – Café Nacional, iniciativa estratégica voltada à promoção do desenvolvimento econômico sustentável do Município. Tal medida se justifica diante do crescimento econômico local e da crescente demanda por políticas públicas destinadas à diversificação da atividade produtiva, considerando que, atualmente, a economia municipal apresenta elevada dependência de um número restrito de empresas, com destaque para o setor de mineração.

A inexistência de infraestrutura adequada para a instalação e expansão de empreendimentos industriais tem se configurado como fator limitante à atração de



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

novos investimentos, à ampliação da base produtiva e à geração de emprego e renda. Nesse sentido, o Município tem envidado esforços contínuos para fortalecer sua economia, diversificar suas atividades e criar um ambiente favorável à instalação de empresas, especialmente nos setores industrial e de transformação.

A execução do Distrito Industrial III – Café Nacional, Etapa 1, representa, portanto, uma ação estruturante essencial, destinada a dotar a área de condições mínimas de infraestrutura, como acessos, terraplenagem e demais serviços indispensáveis ao seu funcionamento, viabilizando a futura ocupação ordenada por empreendimentos privados. A ausência dessa intervenção compromete o pleno aproveitamento do potencial econômico local, dificulta a atração de investidores e limita a atuação do Poder Público na promoção de políticas voltadas ao crescimento econômico e à geração de empregos.

Com a implantação do referido distrito, espera-se atrair novas empresas, promover o desenvolvimento industrial, ampliar a arrecadação municipal e intensificar a circulação de renda, contribuindo diretamente para o fortalecimento da economia local. Trata-se de medida que assegura maior estabilidade econômica, reduz a dependência de setores específicos e amplia as oportunidades para a população.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se necessária, oportuna e alinhada aos objetivos estratégicos da Administração Municipal, atendendo aos princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público, ao mesmo tempo em que justifica a adoção das medidas administrativas e legislativas necessárias à sua plena execução.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- 3.1. A solução proposta consiste na execução da Etapa 1 do Distrito Industrial III – Café Nacional, no município de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, mediante a contratação de empresa especializada para a realização das obras e serviços de infraestrutura básica indispensáveis à implantação do empreendimento. O presente processo refere-se à contratação de empresa de engenharia para a execução dessa etapa inicial, contemplando a implantação de parte da área desapropriada e a execução dos serviços necessários à sua adequada funcionalidade, incluindo a entrega final das vias devidamente pavimentadas.

Essa etapa compreende a preparação e estruturação da área destinada ao distrito industrial, com a execução de sistema viário interno, incluindo abertura e conformação de ruas, serviços de drenagem pluvial, pavimentação, além de demais intervenções necessárias para garantir condições adequadas de acesso, circulação e escoamento das águas pluviais. As obras previstas visam dotar o



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

local de infraestrutura mínima essencial, possibilitando a ocupação ordenada e segura da área por empreendimentos industriais e de serviços, assegurando a durabilidade das intervenções e a funcionalidade do espaço urbano.

Ressalta-se que a presente contratação integra um projeto mais amplo de implantação do Distrito Industrial, caracterizando-se como etapa inicial do empreendimento. Nesse contexto, prevê-se, em momento oportuno, a execução de etapas subsequentes destinadas à ampliação da área implantada, garantindo a continuidade do desenvolvimento da infraestrutura local. A implantação dessas melhorias criará condições técnicas adequadas para o avanço das demais fases do projeto.

No que se refere à estrutura do pavimento, destaca-se que o dimensionamento está associado ao Número N, o qual será definido em etapas posteriores. Considerando tratar-se de um Distrito Industrial, cujo ritmo de ocupação e crescimento está sujeito a diversas variáveis, não é possível, neste momento, estimar com precisão o horizonte de atingimento do Número N de projeto. Diante disso, adota-se, em caráter preliminar, o dimensionamento de uma estrutura de pavimento (reforço do subleito, sub-base e base) com capacidade compatível com o Número N a ser definido no projeto executivo.

Quanto ao revestimento asfáltico em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), tendo em vista seu impacto no custo global da obra, considera-se a execução em etapas. Inicialmente, prevê-se a implantação de uma camada de rolamento compatível com a demanda inicial, observando os parâmetros mínimos usualmente adotados por normas técnicas. Posteriormente, com a evolução do Distrito Industrial e o consequente aumento do Número N, poderá ser executada nova camada de CBUQ. Caso o Número N de projeto seja inferior aos valores mínimos recomendados para esse tipo de revestimento, poderá ser avaliada, em etapa posterior, a adoção de soluções alternativas de pavimentação, com base em critérios técnicos, econômicos e de desempenho. Essa estratégia permite a adequação progressiva do pavimento às condições reais de uso, sem comprometimento da estrutura previamente implantada, além de contribuir para a renovação funcional ao longo do tempo.

No que diz respeito ao sistema de esgotamento sanitário, considerando que a área destinada ao Distrito Industrial encontra-se afastada das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) atualmente implantadas, indica-se, em análise preliminar, a adoção de solução descentralizada. Nesse sentido, considera-se como alternativa a implantação de uma ETE própria para atendimento ao distrito, a qual deverá ser objeto de estudos técnicos específicos em etapas posteriores, contemplando a definição da tecnologia a ser empregada, capacidade de atendimento, viabilidade ambiental e custos associados.

O Distrito Industrial será implantado na área desapropriada a partir da faixa de domínio do DNIT, sendo seu acesso realizado por meio de via já existente,



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

atualmente utilizada pela Pedreira, localizada nas proximidades da área de implantação. Com a implantação do distrito, será necessária a adequação e pavimentação desse acesso. Ressalta-se que intervenções em faixa de domínio de rodovia federal dependem de aprovação prévia junto ao órgão competente, o que pode demandar prazo adicional. Considerando que o tempo necessário para execução do acesso é inferior ao prazo estimado para a implantação da Etapa 1, indica-se, em caráter preliminar, a realização dessas intervenções de forma segregada, com desenvolvimento em paralelo ao empreendimento principal, de modo que, ao término da etapa, o acesso viário esteja igualmente concluído.

Para a execução da primeira etapa, considera-se, ainda, em análise preliminar, a utilização de fonte de abastecimento hídrico por meio da implantação de poço tubular profundo (poço artesiano), a ser avaliado quanto à viabilidade técnica, hidrogeológica e ambiental em etapas subsequentes. Por se tratar de serviço específico, sua execução poderá ocorrer por meio de contratação distinta. Adicionalmente, indica-se como alternativa complementar ou futura, caso necessário, a captação de água superficial no Córrego do Carmo, com posterior tratamento por meio de Estação de Tratamento de Água (ETA), solução que também deverá ser objeto de estudos específicos e detalhamentos posteriores.

A execução da infraestrutura básica do Distrito Industrial III constitui uma solução estruturante e de caráter permanente, alinhada às necessidades atuais e futuras do Município. Tal iniciativa contribui diretamente para a atração de investimentos privados, o fortalecimento da atividade econômica local, a geração de empregos e renda, além do aumento da arrecadação municipal. Dessa forma, a solução apresentada mostra-se a mais adequada para enfrentar o problema identificado, por reunir viabilidade técnica, eficiência administrativa e significativo impacto socioeconômico positivo, atendendo ao interesse público e aos objetivos estratégicos da Administração Municipal.

- 3.2. Não haverá o parcelamento do objeto porque a solução pretendida deve ser executada de forma integrada, com unidade de planejamento, coordenação e responsabilidade técnica, de modo a assegurar a compatibilidade entre as etapas de execução e a adequada entrega do resultado.
- 3.3. A divisão do objeto, no presente caso, pode comprometer a eficiência da execução, dificultar o gerenciamento contratual, aumentar os riscos de incompatibilidade entre serviços, materiais ou procedimentos executivos, bem como gerar sobreposição de responsabilidades entre diferentes contratadas. Dessa forma, a contratação por objeto único mostra-se a alternativa mais adequada para atender ao interesse público, garantir melhor controle da execução e preservar a qualidade do resultado esperado.



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

**Poder Executivo**

**Estado de Minas Gerais**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 4.1.1. Empresa de Engenharia que disponha de profissional de Engenharia Civil, com registro vigente no Conselho Profissional - CREA e com disponibilidade para acompanhamento presencial das obras.
- 4.1.2. Serviço de construção civil com mão de obra própria, a ser disponibilizada até a emissão da ordem de serviço para atender ao objeto do contrato até sua conclusão.
- 4.1.3. A contratada deverá dispor profissionais de todas as áreas competentes da construção civil para conclusão das etapas do projeto.
- 4.1.4. O responsável técnico deverá estar presente e em acompanhamento às etapas das obras em conformidade com a Planilha Orçamentária e projetos.

### **Sustentabilidade**

4.2 Os critérios de sustentabilidade a serem observados são aqueles previstos nos itens 10.37 a 10.55 deste Projeto Básico.

### **Subcontratação**

#### **( x ) SERÁ PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO**

4.3 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada pela Contratante e observados os limites e condições estabelecidos neste Termo de Referência/Projeto Básico.

4.3.1. A subcontratação ficará limitada a até 30% do valor total do contrato, devendo recair apenas sobre parcelas acessórias à execução do objeto principal.

4.3.2. É vedada a subcontratação integral do objeto, bem como da parcela de maior relevância técnica ou da parcela principal da obrigação contratual.

4.3.3. A subcontratação somente poderá ser autorizada quando demonstrada sua necessidade para a adequada execução de etapas específicas do objeto, especialmente nos casos em que houver demanda por serviços, ensaios, fornecimentos ou atividades de natureza especializada, complementar ou de apoio técnico-operacional.

4.3.4. A subcontratação dependerá de análise e aprovação prévia da Contratante, que verificará se a subcontratada possui capacidade técnica compatível com a parcela a ser executada.

4.3.5. A autorização da subcontratação não afasta nem reduz a responsabilidade da Contratada, que permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, pela qualidade dos serviços, pelo cumprimento dos prazos e pela observância de todas as obrigações contratuais.





## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

4.3.6. Caberá à Contratada supervisionar, coordenar e responder pelas atividades executadas pela subcontratada, inclusive quanto à conformidade técnica dos serviços e materiais empregados.

4.3.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que se enquadre em situação de impedimento legal, conflito de interesses ou ausência de qualificação técnica para a execução da parcela subcontratada.

4.3.8 A subcontratação, quando autorizada, deverá ser destinada preferencialmente às microempresas e empresas de pequeno porte.

#### **Justificativa para a Subcontratação**

Justifica-se a admissão de subcontratação parcial do objeto em razão das características técnicas e operacionais da contratação. Em obras e serviços de engenharia, é comum que a empresa responsável pela execução principal concentre a coordenação geral, a gestão do contrato e os serviços centrais do objeto, mas necessite recorrer a terceiros para executar etapas específicas, pontuais ou de maior especialização técnica.

Determinados serviços, ensaios, levantamentos, testes, prospecções, sondagens, modelagens, fornecimentos ou atividades complementares exigem equipe, equipamentos, tecnologia ou capacitação específica, que nem sempre integram a estrutura permanente da empresa executora principal. Nesses casos, a subcontratação parcial se mostra uma solução tecnicamente adequada para viabilizar a execução do objeto com a precisão esperada.

A admissão de subcontratação também contribui para maior eficiência na execução contratual, pois permite que parcelas especializadas sejam realizadas por empresas ou profissionais com experiência específica naquela atividade, sem afastar a responsabilidade integral da contratada principal perante a Administração.

Ressalta-se que a permissão não abrange a totalidade do objeto nem a sua parcela principal, mas apenas etapas acessórias cuja execução por terceiros pode representar ganho técnico e operacional para o contrato.

Assim, a possibilidade de subcontratação parcial é admitida como medida compatível com a natureza da contratação, com vistas a assegurar a adequada execução do objeto, observados os limites definidos pela Administração e mantida a responsabilidade integral da contratada principal.

#### **Vedação de empresas reunidas em consórcio**

4.4 Vedação à participação de empresas em consórcio se justifica em razão das características do objeto, que não apresenta complexidade técnica, operacional ou dimensão econômica que exija a conjugação de capacidades de mais de uma empresa para sua adequada execução. Trata-se de objeto que pode ser satisfatoriamente executado por empresa do ramo, de forma individual, desde que detenha qualificação técnica e capacidade operacional compatíveis com as exigências do edital.



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

### **Garantia da contratação**

- 4.5 Será exigida a garantia da contratação de que tratam o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- 4.5 Em caso de opção pelo seguro-garantia, o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a sua apresentação.
- 4.6 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.7 A garantia deverá ser prestada por meio de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, e terá seu vencimento fixado para 60 (sessenta) dias além da data de encerramento do Contrato.
- 4.8 O valor caucionado responderá pelas multas aplicadas à contratada, podendo a garantia ser retida para satisfação de perdas e danos ocorridos em decorrência de inadimplemento ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa da contratada, no curso de vigência do contrato.
- 4.9 Não ocorrendo o disposto no item anterior, a garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, desde que decorridos 01 (um) mês da prestação total dos serviços.
- 4.10 A garantia será reforçada, em caso de eventual acréscimo do valor contratual, e renovada quando se firmar termo aditivo com a prorrogação do prazo contratual.
- 4.11 Caso a garantia seja prestada por meio de título capitalização, este deverá ser custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

### **Vistoria**

- 4.12 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, em até 02 (dois) dias úteis antes da sessão.
- 4.13 Para realização da vistoria, os licitantes deverão realizar o agendamento prévio, mediante disponibilidade de horário da Secretaria de Obras, através do e-mail: obras@saogoncalo.mg.gov.br.
- 4.14 No momento da vistoria o licitante ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.15 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.





## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

- 4.16 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Garantia da proposta**

- 4.17 Será exigida a garantia da proposta de que tratam o art. 58 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.
- 4.18 A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- 4.19 Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- 4.20 A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021.

#### **Justificativa para a Exigência de Garantia da Proposta**

A exigência de garantia da proposta em processos de licitação, conforme previsto no art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021, se fundamenta em princípios de segurança e eficiência na contratação pública. A necessidade dessa garantia visa assegurar que os licitantes demonstrem sua seriedade e comprometimento com a oferta apresentada, evitando práticas de desistência ou descumprimento posteriormente à adjudicação do contrato.

A Lei de Licitações estabelece que a garantia da proposta pode ser exigida como condição para participação no certame, variando entre caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia, entre outras formas admitidas legalmente. Essa medida visa proteger a administração pública contra prejuízos decorrentes de propostas irrealistas ou de empresas que não possuam capacidade financeira para honrar o contrato, além de garantir a seriedade e a idoneidade dos participantes do certame.

Ademais, a exigência de garantia da proposta contribui para a eficiência do processo licitatório ao selecionar fornecedores ou prestadores de serviços que realmente possam cumprir com as condições estabelecidas no edital, promovendo assim a economia de recursos públicos e a continuidade dos serviços ou obras contratados.

Portanto, a justificativa para a exigência de garantia da proposta está diretamente ligada à proteção dos interesses públicos, à garantia da qualidade das propostas apresentadas e à seleção de contratantes capazes de executar os serviços de forma adequada e dentro dos padrões estabelecidos pela administração pública.



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

**Poder Executivo**

**Estado de Minas Gerais**

### **Vedação de participação de cooperativas**

4.21 Trata-se de uma licitação em que a natureza do objeto envolve prestação de serviço que demanda dos trabalhadores requisitos próprios da relação de emprego, tais como subordinação, pessoalidade e habitualidade, e esta Secretaria entende viável a vedação da participação de cooperativas com amparo na Lei – 12690/2012, art. 5º e súmula 281 do TCU.

Importante ressaltar que a impossibilidade de participação de cooperativas em questão não decorre somente do objeto da contratação, mas também do modo pelo qual se estabelece que esses serviços devam ser prestados, o qual claramente destoa das características de um ato cooperado.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
  - 5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias após a emissão da ordem de serviço;
  - 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, encontram-se detalhadas neste projeto básico e seus apêndices.
  - 5.1.3. Cronograma de realização dos serviços, encontra-se detalhado no apêndice III deste PB.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Localidade Café Nacional no município de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG.

### **Materiais a serem disponibilizados**

- 5.2.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Projeto Executivo e planilha, Apêndice I e II deste Projeto Básico.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- 5.3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
  - 5.3.1. Obra de engenharia comum;
  - 5.3.2. Projetos com dimensões preestabelecidas;



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

- 5.3.3. Planilha Orçamentária com SINAPI MG 09/2025 | SICRO MG (DNIT) 07/2025 | SETOP MG CENTRAL 07/2025 | SUDECAP MG 07/2025 | COPASA MG 09/2025 e descrições conforme CPU própria ou referenciada.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados para esse fim, bem como por empresa fiscalizadora que dará assistência aos fiscais, assistindo-os e subsidiando-os com informações pertinentes a essa atribuição.
- 6.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.7. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 125 da Lei 14.133/2021.
- 6.8. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e seus Apêndices, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: qualidade e forma de uso.
- 6.9. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

- 6.10. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos 137 a 139 da Lei 14.133/2021.
- 6.11. A fiscalização técnica dos contratos, exercida pelo fiscal do contrato e pela empresa fiscalizadora, avaliará constantemente a execução do objeto.
- 6.12. Durante a execução do objeto, o fiscal do contrato e a empresa fiscalizadora deverão monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.13. O fiscal do contrato e a empresa fiscalizadora deverão apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.
- 6.17. O fiscal do contrato e a empresa fiscalizadora poderão realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021

#### **Gestor do Contrato**

- 6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de compras e Secretaria de Fazenda para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 7.1. A avaliação da execução do objeto para fins de medição será realizada com base nos critérios mencionados no Caderno de Critérios de Medição e Pagamento.
- 7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
  - 7.2.1. Quantitativos executados;
  - 7.2.2. Conformidade da execução.
  - 7.2.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
    - 7.2.3.1. não produzir os resultados acordados,
    - 7.2.3.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
    - 7.2.3.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

### **7.3. DO PAGAMENTO**

- 7.3.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do aceite da Nota Fiscal/Fatura.
- 7.3.2. Para a emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada mês de execução, deve-se obedecer ao procedimento abaixo.
- 7.3.3. Ao final de cada mês da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição de acordo com o padrão fornecido pela Contratante, para análise e aprovação da empresa fiscalizadora.
- 7.3.4. A empresa fiscalizadora realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os registros e revisões que se fizerem necessários.
- 7.3.5. A empresa fiscalizadora e o fiscal do contrato poderão também, quando cabível, realizar testes de campo.
- 7.3.6. No prazo de até 03 (três) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, a empresa fiscalizadora deverá enviar ao Fiscal do Contrato o relatório contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica, afirmando expressamente que a medição entregue pela CONTRATADA está de acordo com o que fora efetivamente executado e, ainda, de acordo com os condições estabelecidas nos projetos básico e executivo, no edital e no termo de contrato, anexando planilha e memória de cálculo detalhada e demais documentos que julgar necessários.
- 7.3.7. De posse de todos os documentos a que se refere o item acima, o Fiscal de Contrato analisará o relatório e toda a documentação apresentada pela empresa fiscalizadora e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.3.8. O Fiscal do Contrato analisará e aprovará a medição, fazendo constar do relatório elaborado a sua assinatura e após, deverá encaminhar o relatório ao Gestor do contrato para que este também o aprove.
- 7.3.9. O Gestor do Contrato também poderá solicitar correções, seguindo o mesmo procedimento descrito no subitem 7.3.7.
- 7.3.10. Após aprovação explícita do Gestor do Contrato, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços e conseqüentemente, da medição relativa àquele mês, a CONTRATADA será comunicada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.





## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

- 7.3.11. A aprovação pela Administração da medição mensal não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 7.3.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal ou gestor do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 7.3.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao CRC ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.3.14. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.3.15. o prazo de validade;
- 7.3.16. a data da emissão;
- 7.3.17. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.3.18. o período de prestação dos serviços;
- 7.3.19. o valor a pagar; e
- 7.3.20. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 7.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



## MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

### Poder Executivo

#### Estado de Minas Gerais

- 7.8. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 7.9. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 7.10. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual.

### DO RECEBIMENTO

- 7.11. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.12. Os serviços serão recebidos provisoriamente, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, obedecendo os seguintes procedimentos.
- 7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.17. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

- 7.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico/Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade concorrência, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, observada a inversão da fase de habilitação, nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante dos itens seguintes.

### **8.2. Da inversão das fases de habilitação**

- 8.2.1. Nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, será adotada, no presente procedimento licitatório, a inversão da fase de habilitação, de modo que a análise dos documentos de habilitação ocorrerá previamente à fase de apresentação de propostas e lances, conforme previsão expressa a constar no edital. A medida constitui opção procedimental excepcional, devidamente motivada nos autos, em razão das características específicas do objeto e dos riscos envolvidos na contratação.

- 8.2.2. A presente contratação tem por objeto a execução das obras de implantação da Etapa 1 do Distrito Industrial III – Café Nacional, compreendendo serviços de infraestrutura básica indispensáveis à funcionalidade do empreendimento, incluindo sistema viário interno, drenagem pluvial, pavimentação e demais intervenções necessárias à preparação da área para futura ocupação por empreendimentos industriais e de serviços. Trata-se, portanto, de obra de engenharia de valor expressivo, com relevante impacto econômico e social para o Município, diretamente relacionada à política pública de desenvolvimento econômico, atração de investimentos, geração de emprego e ampliação da base produtiva local.

- 8.2.3. A inversão da fase de habilitação justifica-se como medida de gerenciamento de riscos, destinada a assegurar que somente participem da fase competitiva licitantes que demonstrem, previamente, possuir condições jurídicas, fiscais, trabalhistas, econômico-financeiras e, especialmente, capacidade técnica compatível com a execução do objeto. Considerando a natureza da obra, a materialidade dos recursos envolvidos, o prazo de execução previsto e a necessidade de observância rigorosa dos projetos, planilhas, especificações técnicas e normas aplicáveis, a verificação



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

antecipada da habilitação contribui para maior segurança da contratação e para a redução de riscos de atraso, retrabalho, inexecução contratual ou seleção de proposta incompatível com a capacidade efetiva do licitante.

8.2.4. A adoção da inversão também busca conferir maior eficiência ao certame, evitando que a Administração conduza fase de lances com participação de empresas que, ao final, possam não comprovar os requisitos mínimos indispensáveis à execução da obra. Em contratações dessa natureza, a eventual inabilitação posterior do licitante melhor classificado pode gerar atrasos relevantes, necessidade de reanálise sucessiva de propostas, instabilidade procedimental e prejuízo ao planejamento administrativo, especialmente diante da importância estratégica da implantação do Distrito Industrial III – Café Nacional.

8.2.5. A habilitação prévia contribui, ainda, para a obtenção de propostas mais compatíveis com a realidade da execução contratual, na medida em que reduz o risco de disputas baseadas em preços artificialmente reduzidos ou incompatíveis com a complexidade técnica, operacional e financeira do objeto. A medida favorece ambiente competitivo mais qualificado, preservando a finalidade do procedimento licitatório de selecionar proposta vantajosa e exequível, apta a assegurar a adequada execução da obra.

8.2.6. Ressalta-se que a inversão da fase de habilitação não implica restrição indevida à competitividade nem violação à isonomia entre os licitantes, pois todos os interessados serão submetidos aos mesmos critérios objetivos de habilitação, previamente definidos no edital e vinculados às exigências necessárias e proporcionais à execução do objeto. As exigências técnicas previstas neste Projeto Básico recaem sobre parcelas relevantes da contratação, relacionadas à pavimentação e à infraestrutura viária, e foram estabelecidas com observância da natureza, da complexidade e dos riscos da obra.

8.2.7. Dessa forma, a inversão da fase de habilitação mostra-se adequada, necessária e proporcional ao caso concreto, pois fortalece o controle prévio da aptidão dos licitantes, aumenta a previsibilidade do procedimento, reduz riscos de contratação de empresa sem capacidade compatível com o objeto e contribui para a eficiência, a economicidade, a segurança jurídica e a efetiva realização do interesse público.

### **Regime de execução**

8.3. O regime de execução do contrato será Empreitada por Preço Unitário.



## MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

**Poder Executivo**

**Estado de Minas Gerais**

### **Critérios de Aceitabilidade de Preços**

- 8.4. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.5. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:
- 8.5.1. Valor global: máximo do valor estimado da licitação.
- 8.5.2. Custos unitários: conforme valor de cada item constante da Planilha Orçamentária.

### **Exigências de habilitação**

- 8.6. As exigências de habilitação geral, jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista e econômico financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

### **Qualificação Técnica**

- 8.6 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

**8.6.1 Qualificação técnico-profissional:** Os responsáveis técnicos devem ter experiência na execução de objeto de caráter similar e de igual complexidade ou superior, conforme anotação em acervo técnico e atestado de execução, emitido por pessoa jurídica e registrado no CREA. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes, comprovando a execução dos seguintes serviços:

- Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico (CBUQ)  $\geq 810,00 \text{ m}^3$
- Execução de sub-base estabilizada granulometricamente com brita bica corrida  $\geq 5.285,00 \text{ m}^3$
- Execução de base de brita graduada com brita  $\geq 2.500,00 \text{ m}^3$

Fragmento da curva ABC



## MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

### Poder Executivo

Estado de Minas Gerais

PLANILHA DE CURVA ABC									
Item de serviço	Banca de dados	Código	Descrição Do Serviço	unid.	Quantidade	Quantidade Atestado	PERCENTUAL %	PERCENTUAL ACUMULADO %	CURVA ABC
1.			Serviços Iniciais						
2.14.8	SINAPI	95995	Execução De Pavimento Com Aplicação De Concreto Asfáltico, Camada De Rolamento (CBUQ)- Exclusive Carga E Transporte. Af_11/2019	M3	1.623,18	811,59	19,46%	19,46%	A
2.14.2	SUDECAP	20.04.03	Sub-Base Estabilizada Granulometricamente Com Brita Bica Corrida (Agregado De Pedreira) - Proctor Intermediário	M3	10.578,54	5.289,27	15,93%	35,39%	A
2.14.3	DNIT	4011276	Base De Brita Graduada Com Brita Comercial - 100% Proctor Modificado	M³	5.008,12	2.504,06	8,58%	43,97%	A

8.6.1.1 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo através de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura durante o prazo de execução do objeto, assinado pelo licitante e o pelo profissional, em concordância, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

**8.6.2 Qualificação técnico-operacional:** A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, por meio de atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução dos seguintes serviços:

- Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico (CBUQ)  $\geq 811,00 \text{ m}^3$
- Execução de sub-base estabilizada granulometricamente com brita bica corrida  $\geq 5.289,00 \text{ m}^3$
- Execução de base de brita graduada com brita  $\geq 2.504,00 \text{ m}^3$

#### Fragmento da curva ABC

PLANILHA DE CURVA ABC									
Item de serviço	Banca de dados	Código	Descrição Do Serviço	unid.	Quantidade	Quantidade Atestado	PERCENTUAL %	PERCENTUAL ACUMULADO %	CURVA ABC
1.			Serviços Iniciais						
2.14.8	SINAPI	95995	Execução De Pavimento Com Aplicação De Concreto Asfáltico, Camada De Rolamento (CBUQ)- Exclusive Carga E Transporte. Af_11/2019	M3	1.623,18	811,59	19,46%	19,46%	A
2.14.2	SUDECAP	20.04.03	Sub-Base Estabilizada Granulometricamente Com Brita Bica Corrida (Agregado De Pedreira) - Proctor Intermediário	M3	10.578,54	5.289,27	15,93%	35,39%	A
2.14.3	DNIT	4011276	Base De Brita Graduada Com Brita Comercial - 100% Proctor Modificado	M³	5.008,12	2.504,06	8,58%	43,97%	A

8.7 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.8 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.





## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

8.9 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.10 Certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade no CREA ou Conselho de Classe correspondente da região a que estiver vinculada a licitante e do profissional indicado, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.

### **Justificativa para a exigência de qualificação técnica e adoção do percentual de 50%**

A exigência de qualificação técnica tem por finalidade verificar se a empresa licitante possui experiência prévia compatível com as parcelas mais relevantes do objeto, de modo a reduzir riscos na execução contratual e assegurar que a futura contratada detenha condições reais de executar os serviços com o nível de desempenho esperado pela Administração.

No presente caso, a exigência de atestado de capacidade técnica recai apenas sobre as parcelas de valor significativo da contratação, consideradas aquelas que possuem valor superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

A exigência de comprovação de experiência anterior nessas parcelas é necessária porque são justamente elas que concentram os maiores riscos de execução inadequada, falhas construtivas, atraso, retrabalho ou comprometimento do resultado. Dessa forma, a apresentação de atestado não tem caráter meramente formal, mas constitui medida de verificação objetiva da aptidão da licitante para executar serviços de complexidade compatível com o objeto licitado.

Quanto ao quantitativo mínimo exigido, adotou-se o percentual de até 50% dos quantitativos previstos para as parcelas selecionadas, por se tratar de parâmetro legalmente admitido e tecnicamente adequado para demonstrar experiência prévia suficiente, sem exigir do licitante a reprodução integral do objeto em contratação anterior. Esse percentual permite aferir se a empresa já executou volume relevante de serviços semelhantes, em dimensão compatível com a contratação pretendida, sem impor exigência excessiva.

A adoção do percentual de 50% busca, portanto, equilibrar dois objetivos: de um lado, assegurar que a empresa possua experiência concreta e minimamente robusta na execução das parcelas mais sensíveis do objeto; de outro, preservar a competitividade do certame, evitando restrições indevidas à participação de licitantes que, embora não tenham executado quantitativo idêntico ao da presente contratação, já demonstrem capacidade operacional suficiente para sua adequada execução.

Assim, a exigência de atestado de capacidade técnica, limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, bem como a fixação de quantitativo mínimo de até 50% dessas parcelas, mostram-se adequadas, necessárias e proporcionais,



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

pois visam selecionar licitantes com experiência compatível com a complexidade e a dimensão da contratação, contribuindo para a boa execução contratual e para a proteção do interesse público.

### **9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 9.1. São obrigações do Contratante:
- 9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste documento;
- 9.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 9.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Projeto Básico/Termo de Referência;
- 9.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Edital;
- 9.10. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.12. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

- 9.14. O prazo para decidir só começará a correr depois que o pedido estiver devidamente instruído com todos os documentos necessários para análise pela Administração, ficando suspenso sempre que o pedido retornar à empresa contratada para complementação de documentos.
- 9.15. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.16. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 9.18. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 9.19. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
  - 9.20. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
  - 9.21. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
  - 9.22. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
  - 9.23. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
  - 9.24. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 9.25. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 9.26. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 9.27. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.28. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

### **10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Projeto Básico, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 10.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 10.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

- 10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

- 10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 10.24. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));
- 10.25. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.
- 10.26. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 10.27. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 10.28. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 10.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 10.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 10.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 10.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 10.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 10.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 10.35. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.





## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

- 10.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 10.37. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 10.38. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 10.39. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 10.40. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- 10.41. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- 10.42. florestas plantadas; e
- 10.43. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 10.44. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 10.45. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 10.46. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- 10.47. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

- 10.48. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 10.49. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 10.50. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 10.51. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 10.52. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- 10.53. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- 10.54. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 10.55. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 10.56. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

- 10.57. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 10.58. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 10.59. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- 10.60. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 10.61. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 10.62. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.
- 10.63. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).
- 10.64. Quando as atividades desenvolvidas obrigarem o emprego de 50 (cinquenta) ou mais funcionários, ainda que seja em canteiros distintos, mas no mesmo território, a CONTRATADA deverá manter, atuando diretamente na obra, pelo menos um Técnico de Segurança do Trabalho legalmente habilitado, conforme previsto para atividades enquadradas no grau de RISCO 3.
- 10.65. Caberá à CONTRATADA promover, às suas expensas, o seguro de prevenção de acidentes do trabalho, dano de propriedades, fogo, acidentes



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

de veículos, transporte de materiais e qualquer outro tipo de seguro contra terceiros que julgar conveniente.

- 10.66. A CONTRATADA deverá indicar as interrupções de trânsito e desvios necessários, com as previsões de datas, providenciando sinalização adequada para desvios de veículos e proteção de pedestres. Quando necessárias, as frentes de trabalho deverão ser programadas em comum acordo com as Autoridades Locais, a quem cabe a autorização para remanejamento de tráfego e trabalhos em vias públicas.
- 10.67. A sinalização de obras envolve os seguintes dispositivos:
- 10.68. bloqueio total fixo e bloqueio total móvel para impedir total ou parcialmente a passagem do trânsito;
- 10.69. barreira fixa e barreira móvel dobrável para impedir a passagem do trânsito por uma via e canalizar o tráfego ordenadamente;
- 10.70. cone balizador para canalizar suavemente o fluxo do tráfego materializando uma faixa de desaceleração;
- 10.71. dispositivo de iluminação disposto dentro de um recipiente plástico de cor vermelho escarlate;
- 10.72. grades portáteis;
- 10.73. placa de sinalização retangular padrão DER/MG (fixa, móvel com suporte de concreto ou móvel com suporte de madeira);
- 10.74. placa de sinalização quadrada padrão DER/MG (fixa, móvel com suporte de concreto ou móvel com suporte de madeira);
- 10.75. placa de sinalização triangular padrão DER/MG (fixa, móvel com suporte de concreto ou móvel com suporte de madeira).
- 10.76. placa de sinalização circular padrão DER/MG (fixa, móvel com suporte de concreto ou móvel com suporte de madeira).
- 10.77. Os dispositivos de sinalização deverão ser pintados nas cores branca e vermelho escarlate. As placas deverão ser metálicas com seus versos pintados na cor preta.
- 10.78. O material empregado para pintura deverá ser refletivo.
- 10.79. As peças de madeira deverão ser em madeira de lei e as tábuas de pinho de 3a.
- 10.80. Os cones deverão ser confeccionados em material leve, visando facilitar o transporte e flexível para que cedam a um eventual impacto sem serem danificados.
- 10.81. O número e tipo de dispositivos a serem implantados serão determinados pela necessidade de perfeita segurança e informação da população e/ou usuário.



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

- 10.82. Deverão ser considerados como custos indiretos as despesas de sua execução e manutenção, durante o tempo de utilização, desmontagem e/ou remoção após a obra.
- 10.83. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 20.232.969,09 (vinte milhões, duzentos e trinta e dois mil, novecentos e sessenta e nove reais e nove centavos, conforme custos unitários apostos em anexo.
- 11.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco.
- 11.3 O BDI utilizado é de 24,49%, conforme demonstrativo constante do apêndice deste Projeto Básico.
- 11.4 O custo estimado pela Secretaria Municipal de Obras de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG para efeito desta licitação tem como referência os bancos discriminados na planilha orçamentária.
- 11.5 Considerando que a planilha orçamentária foi elaborada adotando como pressupostos bancos com data-base distintas, será adotada como referência a data base de elaboração do orçamento de referência, julho de 2025, por a data de referência da maioria dos itens da planilha.

## **12. REAJUSTE**

- 12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 12.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI MG 09/2025 | SICRO MG (DNIT) 07/2025 | SETOP MG CENTRAL 07/2025 | SUDECAP MG 07/2025 | COPASA MG 09/2025.
- 12.2. Decorrido o período de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado a que se refere a proposta, os preços contratados poderão ser reajustados,



## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

### **Poder Executivo**

#### **Estado de Minas Gerais**

mediante solicitação formal da Contratada, pela variação do índice INCC, aplicável somente às parcelas executadas após a anualidade.

- 12.3. O reajuste deverá ser solicitado formalmente antes da assinatura de eventual termo aditivo contratual.
- 12.4. Caso a Contratada firme termo aditivo de prazo e/ou valor sem prévio requerimento de reajuste e sem ressalva expressa quanto à análise posterior do pedido, restará caracterizada preclusão lógica do direito ao reajuste em relação ao período anterior ao aditamento.
- 12.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 12.7. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 12.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 12.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.11. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no LOA.
- 13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
  - I) Gestão/Unidade: Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico
  - II) Fonte: 1708
  - III) Elemento de Despesa: 02.17.001.15.451.007.1.204.4.4.90.51.02.00
  - IV) Ação: Infraestrutura para atividades empresariais
  - V) Ficha 1096
  - VI) Desdobramento: 4337





## **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO**

**Poder Executivo**

**Estado de Minas Gerais**

- 13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Ratifico este Projeto Básico e seus anexos e encaminhado para autoridade competente para autorização da instauração do processo administrativo para licitação do objeto.

São Gonçalo do rio Abaixo, 30 de abril de 2026.

---

Lorraine Santos

Responsável pela redação do documento

---

Diego Henrique Barcelos

Secretário Municipal de Obras